

Descobrimo historicamente o gênero*

MARGARETH RAGO**

Em julho de 1990, logo após defender o doutorado com um trabalho sobre a história da prostituição no Brasil, participei de um encontro feminista em Nova York, onde ouvi, pela primeira vez, as discussões em torno das relações de gênero. Os *gender studies* já estavam a todo vapor naquele país e a controvérsia em torno da “história das mulheres”, ou do “estudo das relações de gênero”, parecia superada em favor do último.

No Brasil, iniciamos em seguida – Adriana Piscitelli, Elisabeth Lobo, Mariza Corrêa e eu – um grupo de estudos do gênero, com o firme propósito de constituirmos futuramente um núcleo de pesquisa. A idéia foi reforçada pela participação no seminário “Uma Questão de Gênero”, realizado num hotel-fazenda próximo a Itu, em São Paulo. Aí reuniram-se intelectuais feministas de todo o país, algumas vindas do exterior, debatendo em altíssimo nível as novas propostas epistemológicas do feminismo. Heleieth Saffioti, Celi Pinto, Eva Blay, Maria Luiza Heilborn, Eleonora Menicucci de Oliveira, Albertina de Oliveira Costa, Cristina Bruschini, Elisabeth Lobo, Lia Zanotta, Lena Levinas eram algumas das brilhantes acadêmicas presentes.

Não tardamos a criar na Unicamp o Núcleo de Estudos do Gênero Pagu, nome, aliás, sugerido por Elisabeth Lobo. A partir do ano seguinte, organizamos seminários, palestras, discussões, fizemos planos e mais planos, criamos, enfim, um espaço destinado a pesquisar assuntos ligados inicialmente à feminilidade e posteriormente à masculinidade, para o qual se integraram várias outras intelectuais prestigiadas, como a antropóloga Suely Koffes e a socióloga Ana Maria Goldani. Iniciamos a publicação de uma revista e, desde então, o *Cadernos Pagu* não tem cessado de se difundir.

Construção social e cultural das diferenças sexuais, assim se definiu o “gênero”, categoria que trazia muito desconforto para todas nós pelo desconhecimento que a cercava. Afinal, estávamos acostumadas, principalmente as historiadoras e sociólogas, a lidar com conceitos acabados como classe, informados por todo um sistema de pensamento extremamente articulado e, nesse contexto, o gênero aparecia solto, meio que caído do Norte para nos explicar a nós mesmas. Creio que a experiência das antropólogas nos servia também como uma importante referência, pela maneira menos estruturada de olhar e trabalhar.

A perplexidade foi sendo progressivamente vencida à medida em que nos inteirávamos de que esta também era uma categoria relativamente recente nos países do Primeiro Mundo, sendo que, na França, muitas feministas se recusavam a incorporá-la. De qualquer maneira, tornou-se obrigatória a leitura da historiadora norte-americana Joan W. Scott, que felizmente já era respeitada

* Recebido para publicação em outubro de 1998.

** Professora do Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP.

nos meios acadêmicos masculinos por suas pesquisas anteriores na área de trabalho e movimentos sociais.¹

Esse respaldo foi extremamente importante para referendar uma posição absolutamente nova e desafiadora em nossas instituições tão cristalizadas. Aos poucos, o sucesso da categoria por todo o país repercutiu vigorosamente em nossas próprias práticas, facilitando a valorização do trabalho das intelectuais feministas, nem sempre bem vistas, como sabemos. A risadinha deu espaço à curiosidade e, aos poucos, os antropólogos, historiadores e sociólogos, e não apenas algumas intelectuais, passaram a pensar na importância da sexualização do discurso historiográfico. O feminismo saía do gueto e irradiava seus fluidos mornos e positivos pela academia.

É bem verdade que a entrada das mulheres nos círculos universitários já vinha produzindo uma certa feminização do espaço acadêmico e das formas da produção dos saberes. Em outras palavras, desde os anos setenta, as mulheres entravam maciçamente nas universidades e passavam a reivindicar seu lugar na História. Juntamente com elas, emergiam seus temas e problematizações, seu universo, suas inquietações, suas lógicas diferenciadas, seus olhares desconhecidos. Progressivamente, a cultura feminina ganhou visibilidade, tanto pela simples presença das mulheres nos corredores e nas salas de aula, como pela produção acadêmica que vinha à tona. Histórias da vida privada, da maternidade, do aborto, do amor, da prostituição, da infância e da família, das bruxas e loucas, das fazendeiras, empresárias, enfermeiras ou empregadas domésticas, fogões e panelas invadiram a sala e o campo de observação intelectual ampliou-se consideravelmente. O mundo acadêmico ganhava, assim, novos contornos e novas cores.

Da história das mulheres passamos repentinamente a falar na categoria do gênero, entre as décadas de 1980 e 1990. Uma imensa literatura abriu-se, então, para nós: as pós-estruturalistas, com Derrida e Foucault à frente, dissolvendo os sujeitos e apontando para a **dimensão relacional** da nova categoria; as marxistas, procurando integrar rapidamente a nova categoria em seu sistema de pensamento, sempre muito preocupadas em garantir o lugar outrora hegemônico e agora compartilhado do conceito de classe. Era como se nos dissessem: “tudo bem, pensaremos as relações sexuais, mas desde que respeitamos que a divisão social é mais importante do que a sexual.” As hierarquias eram, então, rapidamente repostas. E, finalmente, acenavam as psicólogas, com suas propostas e interpretações, mais ligadas às questões da maternidade e da crítica ao patriarcado.

Progressivamente, as feministas ortodoxas, que relutavam em aceitar a reviravolta epistemológica em curso, por deslocar o foco do “sujeito mulher” para a análise das relações de gênero, questionavam o embaralhamento das identidades sexuais, apontando para a importância de se preservar a identidade feminina como forma de reforçar a agenda pública feminista e encaminhar as lutas políticas atuais.

De qualquer forma, foi ficando muito claro que vivíamos uma profunda mutação no campo do conhecimento e que esta não provinha apenas das problematizações levantadas pelo feminismo. De vários lados, do “pensamento da diferença”, da psicanálise, do novo historicismo, entre outras correntes críticas do pensamento, emergia a crítica à razão, ao sujeito universal e à lógica da identidade. O deslocamento do sujeito, a dissolução e

¹ Refiro-me a SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Revista Educação e Realidade*, Porto Alegre, 16(2): 5-22, jul/dez de 1990.

historicização das identidades, a desnaturalização de inúmeras dimensões da vida social, cultural e sexual, um novo olhar se construía. Foucault preparara o terreno radicalmente, ao questionar a naturalização do sujeito e as objetivações operadas pelas práticas discursivas dominantes. O filósofo francês apontava para a maneira profundamente ahistórica com que trabalhávamos sujeitos e objetos, denunciando a imensa ilusão de que éramos vítimas ao falarmos do sujeito universal, tomado por personagem não apenas “de carne e osso”, mas de quem tudo emanava. Logo, as feministas avançaram a crítica questionando a figura do sujeito unitário, racional, masculino que se colocava como representante de toda a humanidade. As mulheres, portanto, não tinham história, absolutamente excluídas pela figura divina do Homem, que matara a Deus para se colocar em seu lugar.

Passamos, então, a perceber o deslocamento que se operava de uma forma de pensamento “arborescente”, “pivotante”, com diz Deleuze, fundado no privilégio do sujeito e, portanto, construído a partir da lógica da identidade, para as possibilidades de um pensamento relacional e diferencial, ou “rizomático”, como propõe este.² Trata-se, nessa referência, de perceber que as subjetividades são históricas e não naturais, que os sujeitos estão nos pontos de chegada e não de partida como acreditávamos então; e ainda, que as conexões podem ser estabelecidas entre campos, áreas, dimensões sem necessidade exterior pré-determinada. Mulher e Homem, Criança, ou Trabalhadora, Prostituta, Louca, nesse sentido, deveriam deixar de ser pensados como naturezas biologicamente determinadas, aspecto que se observa em todas as outras construções de identidade. A própria noção de identidade era historicizada e questionada juntamente com a ilusão da interioridade e da essência que a informava. A figura do sujeito tal como a pensamos era definitivamente destruída, porque puramente ficcional. E passamos a reconhecer a reposição da mesma figura do sujeito em toda a parte, disfarçada, como diria Deleuze, por seu próprio nome.³

Há, ainda hoje, uma enorme resistência, sobretudo por parte dos intelectuais de tradição marxista, ortodoxa e heterodoxa, para entenderem a dissolução do sujeito operada por Foucault. Não se trata, nessa lógica, de negar a existência dos seres humanos e de suas práticas, como muitos afirmam, e muito menos de encerrá-los nas grades disciplinares, atando suas capacidades criadoras, mas de denunciar estas formas de prisão que não se objetivam apenas no espaço carcerário propriamente dito. Na perspectiva foucaultiana, é bom lembrar, a identidade é outra das grades que nos encerra, sobretudo a partir do século 19, assim como os micropoderes da vida cotidiana, com que convivíamos até então com certa normalidade. O filósofo denuncia a armadilha de que temos sido vítimas ao tomarmos um modo histórico de produção da subjetividade, marcado fundamentalmente pela dimensão da sujeição na sociedade burguesa, desde fins do século 18, como sendo natural para qualquer momento histórico. Nessa perspectiva, o indivíduo é uma construção relativamente recente, assim como o próprio social. E, muito longe do que propõe o Iluminismo enquanto emancipação do homem pela razão,

² Sobre o pensamento arborescente e o rizomático, veja-se DELEUZE, G. e GUATTARI, F. *Mil Platôs*. São Paulo, Editora 34, 1996.

³ G. Deleuze e F. Guattari afirmam que o escreveram o livro a dois, mas como cada um são muitos, o livro foi feito por várias pessoas. Contudo, pensaram que seria conveniente manter seus próprios nomes, porque esta seria a melhor maneira de passarem despercebidos. Id., ib., p.11.

temos nos abrigado sob os braços do Pai ou da Mãe, do Médico ou do Diretor espiritual, da Autoridade, enfim, ao invés de nos autonomizarmos pelo uso prático da própria capacidade reflexiva. Comparando os vitorianos aos antigos gregos e ainda aos romanos dos inícios da era cristã, Foucault evidencia diferentes modos de subjetivação e de sujeição ao longo da História. Com isso, propõe, para além das problematizações em torno de nossas imagens do poder e da produção da verdade, uma história crítica das subjetividades, o que sem dúvida ainda está em grande parte por ser feito.⁴

Na área dos estudos feministas, a convergência das problematizações é evidente, muito embora a preocupação central, neste caso, seja a de questionar a dominação masculina constitutiva das práticas discursivas e não-discursivas, das formas de interpretação do mundo dadas como únicas e verdadeiras. As mulheres reivindicam a construção de uma nova linguagem, que revele a marca específica do olhar e da experiência cultural e historicamente constituída de si mesmas. Mais do que a inclusão das mulheres no discurso histórico, trata-se, então, de encontrar as categorias adequadas para conhecer os mundos femininos, para falar das práticas das mulheres no passado e no presente e para propor novas possíveis interpretações inimagináveis na ótica masculina. Mais recentemente, a discussão se volta para os próprios homens, também eles excluídos dos campos históricos em benefício da figura ficcional do Homem, construído à imagem de Deus. Deixando de lado a polêmica relativa à divisão de espaços que os estudos da masculinidade colocam, não há dúvida de que também os homens se descobrem profundamente estrangeiros para si mesmos, ocultos que estavam numa interpretação que os elevava à categoria de deuses.

A categoria do gênero permitiu, portanto, sexualizar as experiências humanas, fazendo com que nos déssemos conta de que trabalhávamos com uma narrativa extremamente dessexualizadora, pois embora reconheçamos que o sexo faz parte constitutiva de nossas experiências, raramente este é incorporado enquanto dimensão analítica. É claro que não estou me referindo apenas à importância dos estudos da sexualidade, como a história do amor, das práticas sexuais, da prostituição ou da homossexualidade. Muito mais do que isto, penso na dimensão sexual que constitui nossa subjetividade e que habita nossas práticas cotidianas, muito além das relações especificamente sexuais, como as entendemos. Uma partilha cultural que se tem até recentemente considerado como fundamental entre o universo masculino e o feminino, separando os corpos e opondo-os entre si. Ao mesmo tempo o desejo é pouco pensado e problematizado em nossos estudos, mesmo porque temos ainda operado com categorias pouco flexíveis que dão conta de algumas dimensões das relações sociais, muito mais racionais do que emocionais, psíquicas, intuitivas, sentimentais e afetivas, o que sem dúvida empobrece demais a experiência humana.

A categoria do gênero permitiu nomear campos das práticas sociais e individuais que conhecemos mal, mas que intuimos de algum modo. “O que escapa às classificações”, como diz Luce Fabbri, no livro *O Caminho*, de 1952, em que define sua leitura do anarquismo. Fundamentalmente, passamos a perceber que o universo feminino é muito diferente do masculino, não simplesmente por determinações biológicas, como propôs o século 19, mas

⁴ Veja-se a respeito a brilhante tese de doutoramento de PRADO Filho, Kleber. *Trajórias para a leitura de uma história crítica das subjetividades na produção intelectual de Michel Foucault*, defendida no Depto. de Sociologia da USP, 1998.

sobretudo por experiências históricas marcadas por valores, sistemas de pensamento, crenças e simbolizações diferenciadas também sexualmente.

O gênero tornou-se um instrumento valioso de análise que permite nomear e esclarecer aspectos da vida humana com que vínhamos trabalhando, impulsionados pela pressão dos próprios documentos históricos. Para esclarecer, cito um exemplo em minha experiência de pesquisa. Tendo encontrado romances femininos que falavam da prostituição já nos anos vinte em São Paulo, observei as diferenças de interpretação do fenômeno pelo olhar masculino e pelo feminino. Ao contrário dos romances masculinos, em que as prostitutas morrem ou se regeneram indo viver no campo, a exemplo de Naná, de Emile Zola, ou Luciola, de José de Alencar, Laura Villares, em *Vertigem*, romance de 1926, leva sua heroína, que se prostitui em São Paulo e em Buenos Aires, ao ser recusada pelo noivo na cidadezinha do interior, a tornar-se rica e independente em Paris. A cena final do romance se passa às margens do Sena, onde ela circula alegremente, bonita e feliz. Encontrando-se com o antigo noivo, que a convida para jantar, responde perguntando-lhe por sua esposa. Ao desvencilhar-se do pretendente, pensa consigo mesma que havia escapado da situação estar no lugar daquela, presa num quarto de hotel, enquanto o marido seduzia outras mulheres. Sorri satisfeita consigo mesma. A prostituição, nesse imaginário, está associada à idéia da liberação feminina, já que a *cocotte* se civiliza via o comércio do corpo, passa a circular nos espaços da sociabilidade das elites, enriquece-se pessoal e financeiramente e descobre-se enquanto mulher, o que quer dizer, descobre o prazer sexual, o amor e o orgasmo.

Apesar do romantismo e da ingenuidade desta leitura, foi-se tornando claro que as mulheres têm leituras do mundo bastante diferenciadas das dos homens, que agenciam o espaço de outra maneira, que o recortam a partir de uma perspectiva particular e que não tínhamos até então instrumentos conceituais para nos reportarmos a essas diferenciações. Ao mesmo tempo, parece-me um grande avanço podermos abrir novos espaços para a emergência de temas não pensados, de campos não problematizados, de novas formas de construção das relações sociais não imaginadas pelo universo masculino. Sem incorrer na ilusão de que as mulheres vêm libertar o mundo, acredito que a pluralização possibilitada pela negociação entre os gêneros é fundamental não só para a construção de um novo pacto ético, mas para a própria construção de um ser humano menos fragmentado entre um lado supostamente masculino, ativo e racional e outro feminino, passivo e emocional. A superação da lógica binária contida na proposta da análise relacional do gênero, nessa direção, é fundamental para que se construa um novo olhar aberto às diferenças.

Entendo também que a categoria do gênero não vem substituir nenhuma outra, mas atende à necessidade de ampliação de nosso vocabulário para darmos conta da multiplicidade das dimensões constitutivas das práticas sociais e individuais. Neste caso, a dimensão sexual. O sexo participou indubitavelmente e de forma central na construção histórica de nossa identidade pessoal e coletiva, especialmente no Brasil, mas foi por muito tempo colocado à margem na leitura das práticas sociais. A desconstrução dos mitos fundadores, acredito, passa pela leitura do gênero de sua própria produção, ao lado de outras dimensões, é claro. Mas, fundamentalmente, é importante que possamos perceber a construção das diferenças sexuais histórica e culturalmente determinada, desnaturalizando portanto as representações cristalizadas no imaginário social. E isto não só na leitura do passado, mas na

Descobrimo historicamente o gênero

própria construção de formas mais libertárias de convivência no presente. A amizade só é possível entre iguais, explica Maquiavel, e as negociações entre grupos sociais, étnicos ou sexuais só podem ser feitas desde que o espaço se des-hierarquize e se abra, de modo mais libertário, à entrada das multiplicidades e de novas subjetividades.